



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

Turquia:

Islã, geopolítica e direitos humanos

Marcos Toyansk

Como citar: TOYANSK, M. Turquia: Islã, geopolítica e direitos humanos *In:* SALATINI, Rafael. **Cultura e direitos humanos nas Relações Internacionais – vol 2** (org.). Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. p. 189-200.
DOI: <https://doi.org/10.36311/2016.978-85-7983-803-3.p189-200>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

11.

TURQUIA: ISLÁ, GEOPOLÍTICA E DIREITOS HUMANOS

Marcos Toyansk

Durante muitos anos, a questão dos direitos humanos na Turquia foi tratada à luz de uma possível integração à União Européia. Assim, para avaliar em que medida a Turquia se enquadrava no mundo europeu, diversos aspectos foram considerados, como o tratamento recebido pelas minorias, o papel das forças armadas no espaço interno e a adoção de práticas e valores ocidentais pelos turcos, conduzindo a um debate sobre a compatibilidade entre um Estado muçulmano e um bloco constituído por Estados de matriz cristã e a oposição secularismo/islamismo na política doméstica turca como indicador dos rumos que a República da Turquia seguiria. Apesar do aparente distanciamento entre Turquia e União Europeia nos últimos anos, em parte como resultado da perda de entusiasmo do lado turco em decorrência da crise econômica na zona do euro, essas questões continuam na agenda política de Ancara e seus principais parceiros.

Como um produto do antigo Império Otomano, que foi desmantelado após sucessivas derrotas no campo militar pelo Ocidente, a República da Turquia se constituiu como uma superação do antigo regime. Sob a liderança de Mustafá Kemal (Atatürk) as forças armadas protegeram o espaço nacional contra as ameaças externas após o colapso do Império Otomano na Primeira Guerra Mundial, destruindo a estrutura política in-

<https://doi.org/10.36311/2016.978-85-7983-803-3.p189-200>

terna imperial e rejeitando o modelo multiétnico em favor de uma radical secularização do Estado, baseando-se num modelo centralizado apoiado em um projeto de homogeneização interna e de defesa dos interesses nacionais por via militar.

O processo de ocidentalização acentua-se com a aproximação da Turquia à Comunidade Econômica Européia na década de 60 por meio do Acordo de Ancara, transformando esta questão no ponto vital da identidade nacional turca.

Do ponto de vista estratégico-militar, a República da Turquia procurou desde o início da Guerra Fria se integrar à aliança transatlântica contra o comunismo, utilizando-se de sua geografia para fortalecer sua posição com Washington. As relações conflituosas com a URSS após a Segunda Guerra Mundial e a evolução dos conceitos estratégicos americanos influenciaram a importância geopolítica da Turquia e definiram a sua posição durante este período.

Localizada na encruzilhada de sistemas políticos e modelos culturais diversos e contraditórios e entre o Sudeste Europeu, o Cáucaso e o Oriente Médio, a Turquia busca formular uma estratégia de acordo com as implicações de sua localização geográfica. De fato, a visão geoestratégica da Turquia depende dos paradigmas que ajudam a defini-la. Como sintetiza Olivier Roy, se tomarmos como referência o modelo *Otomano*, então a Turquia teria uma identidade caucasiana, balcânica e médio-oriental, mas que poderia acomodar as minorias (curdos e alevitas¹) em seu próprio território. Se considerarmos o modelo *Kemalista*, então a Turquia não se preocuparia com nada além de suas fronteiras e rejeitaria tudo o que ameaçar sua unidade nacional (a questão curda, por exemplo). Adotando a posição *Pan-turquista*, então a Ásia Central (nunca governada pelos Otomanos) forma o horizonte para a Turquia que não precisaria mais da Europa. Sob a perspectiva dos *Islamistas*, a Turquia deveria mobilizar sua legitimidade concedida pelo Califado e tomar de volta a liderança da comunidade muçulmana (*umma*) (ROY, 2005, p. 12, grifos nossos). Acrescentaríamos também a visão de uma Turquia *Europeia*.

¹ “Os alevitas são uma população originalmente constituída por tribos nômadas turcomanas, também conhecida pelo nome de kizilbas, que tradicionalmente habita áreas rurais da Anatólia Central e Oriental, com particular incidência no triângulo Kayseri-Sivas-Divrigi.” (FERNANDES, 2005, p. 79). Ponto ou supressão no final da citação

Sob a liderança de Erdogan, a Turquia adotou a doutrina de tendência neo-otomana, que busca aumentar a influência regional turca e o seu poder brando. Como assinalam Oded Eran e Gallia Lindenstrauss “Essa política enfatiza que a importância de uma nação no sistema internacional é medida pela sua localização geoestratégica e pela sua profundidade histórica.” (2009, tradução nossa). Apesar dos esforços diplomáticos realizados para reforçar o papel da Turquia como mediadora de conflitos, não houve nenhum avanço com relação aos curdos, mas sim, como se evidencia nos últimos desenvolvimentos, um retrocesso. Muitos dos problemas com relação aos direitos humanos na Turquia no tocante às minorias encontram-se num contexto geopolítico mais amplo, por vezes influenciados pela política homogeneizadora que acompanha o Estado desde a sua fundação.

A CRIAÇÃO DA TURQUIA MODERNA E A OPOSIÇÃO SECULARISMO/ISLAMISMO

Os criadores da República da Turquia se inspiraram na Europa para substituir alguns padrões e valores do falecido Império Otomano, construindo um projeto laico e nacionalista. Como sintetiza o professor José Pedro T. Fernandes:

A República da Turquia construída por Mustafá Kemal (Atatürk) nas décadas de 20 e 30 do século XX baseou-se num projeto laico, inspirado na Revolução Francesa e no ideário nacionalista europeu do século XIX, bem como na racionalidade técnico-científica europeia-ocidental. Desta forma, foi formado por Mustafá Kemal um moderno e secular Estado-nação, que rompeu definitivamente com a tradição política, cultural e religiosa do Império Otomano. (FERNANDES, 2005, p. 167-168).

A modernização (ocidentalização) da sociedade turca não foi realizada de forma consensual, mas a partir da imposição de cima para baixo por Atatürk e seus continuadores e com profundas assimetrias regionais, gerando uma divisão interna. As raízes dessa cisão estão na radical rejeição do passado multicultural e multirreligioso, na ideia estratégica claramente pró-ocidental e na matriz islâmica anterior ao processo de modernização que acaba impedindo a incorporação da Turquia na civilização ocidental. Como assinala Fernandes:

Há uma profunda oposição entre a elite burocrático-militar kemalista, associada aos meios acadêmicos, intelectuais e jornalísticos próximos ideologicamente da esquerda clássica européia, e a “contra-elite” que se formou nas últimas décadas, mais ou menos influenciada pelas idéias da síntese turco-islâmica e dos movimentos “pró-islamitas”, e que conta com apoios também significativos, nos meios intelectuais, acadêmicos e jornalísticos, bem como nos meios empresariais ideologicamente próximos da direita conservadora e nacionalista. (FERNANDES, 2005, p. 72).

Apesar do esforços da elite kemalista em ocidentalizar a Turquia, o Islã nunca desapareceu no país e permaneceu profundamente enraizado na sociedade. Larrabee e Lesser (2003, p. 60) salientam que essa idéia de re-islamização da Turquia é um equívoco. Nas palavras dos autores:

O Islã nunca foi verdadeiramente eliminado na Turquia. Este foi simplesmente removido das instituições estatais. Apesar de tudo, continuou a exercer uma forte influência no interior do país. O resultado foi uma profunda divisão entre a cultura kemalista secular, da elite militar-burocrática, centrada em Ancara e nas grandes cidades da Turquia Ocidental, e a cultura tradicional, que prevaleceu nas aldeias e cidades da Anatólia Oriental. (tradução nossa).

Além da oposição entre a elite burocrático-militar kemalista e a suposta “contra-elite” islâmica, há também a divisão entre sunitas e alevitas (xiitas), bem menos conhecida da opinião pública. Os alevitas se tornaram uma das principais bases de sustentação dos kemalistas, apoiando Atatürk e seu projeto de secularização. O objetivo dos alevitas era combater a marginalização imposta durante o Império Otomano pela maioria sunita. Porém, a tentativa de homogeneização que se seguiu forçou o grupo a uma “sunificação”. Seguiram-se alguns incidentes de grandes proporções, como os ataques violentos deflagrados pela população sunita contra os alevitas, marcadamente o episódio sangrento de Kahramanmaras em 1978 que levou ao golpe militar de 1980 e, mais recentemente, os ataques em Sivas em 1993, em que os perpetradores causaram a morte de 36 pessoas.

A eleição do Partido da Justiça e Desenvolvimento (AK) – de inspiração religiosa – em 2002 chamou a atenção para a volta da religião ao centro da política turca, direcionando o enfoque de muitos analistas para

a questão da compabibilidade do islã com os elementos ocidentais adotados pela elite kemalista.

A primeira manifestação desta tendência foi a eleição, em 1995, do partido do Bem-Estar, o *Refah Partisi*, que tentou se diferenciar dos partidos de orientação secular acusando-os de imitadores do mundo ocidental e fantoches do imperialismo. O Refah indicava os efeitos negativos – políticos e econômicos – do ocidente nas sociedades muçulmanas, além de ser anti-democrático. Foi deposto em 1997 mediante um golpe de Estado “pós-moderno”, como qualificou a imprensa turca, já que os militares, apoiados por outros setores da sociedade identificados com o secularismo, como os alevitas, impuseram a saída do governo sem utilizar os procedimentos tradicionais anteriormente observados.

Contudo, em 2002, após um governo secularista marcado pela grave crise econômica, outro partido conservador de inspiração islâmica obteve 34,26% dos sufrágios expressos. O *Adalet ve Kalkinma Partisi* (Partido da Justiça e Desenvolvimento, AKP) foi considerado por muitos da elite kemalista como uma metamorfose do Partido do Bem-Estar, embora demonstrasse inicialmente ser pró-ocidental e a favor da democracia, mudando radicalmente de curso, do prévio anti-ocidentalismo para o euro-entusiasmo. Isso levou alguns autores a considerarem a ascensão do AK como uma manifestação da sociedade civil que buscava fazer as instituições políticas representativas do povo em vez do Estado oficial governante.

Quanto à sua política externa, o partido AK mudou a trajetória iniciada pelos islâmicos do *Refah* e voltou a aproximar-se do Ocidente, demonstrando o compromisso histórico em integrar a Turquia à Europa, mas encontrou dificuldades para obter apoio interno e não recebeu respostas positivas de sua contraparte europeia.

Porém, nos últimos anos o governo do AK tem se repositionado com relação a algumas questões, sendo crescente e reiteradamente acusado de agressões contra a liberdade de expressão, de afastar promotores e juizes independentes, de intimidar opositores políticos e não combater guerrilheiros islâmicos e terroristas. Esse último ponto está ligado ao quadro geopolítico regional. A percepção de uma tendência crescentemente autoritária teria levado à retração da popularidade do partido refletida nas

eleições parlamentares de junho de 2015, em que o partido não conseguiu a maioria no parlamento. De acordo com Çiçekçi e Lindenstrauss (2015), embora a principal causa para a redução do apoio do AK tenha sido a desaceleração econômica, a percepção de alguns segmentos da sociedade turca em relação às tendências crescentemente autoritárias do presidente Erdogan também contribuíram. A rede transnacional do Gülen, por exemplo, que pretende redefinir a identidade turca e promover o país como uma democracia muçulmana, refutando a influência kemalista militarista e a falta de diálogo com minorias étnicas e religiosas, rompeu com Erdogan. Apregoa uma recuperação da tradição multicultural otomana, O Gülen se opõe ao governo do AK por considerá-lo antidemocrático. Após anos de cooperação, as primeiras demonstrações de discordância surgiram quando tropas israelenses atacaram a flotilha turca que ameaçava romper o embargo israelense à Gaza para supostamente levar ajuda humanitária aos palestinos. Gülen condenou a ação do governo turco por considerar uma ameaça ilegal à soberania israelense.

A deterioração das relações com Israel após o episódio da flotilha também é destacado como um ponto de inflexão nas relações com o Ocidente, representando um enfraquecimento no compromisso do AK com os valores e interesses dos países ocidentais. Outrora Israel e Turquia mantinham uma importante aliança estratégica na região, com interesses convergentes em diversas esferas, geopolíticas e comerciais, porém as relações estremecem cada vez mais em decorrência da turbulência regional. Há incerteza sobre a profundidade desta crise, já que há uma mútua dependência em questões econômicas e de segurança. Como nos lembra Lenore Martin (2004, p. 184), a Turquia busca evitar a percepção de que os dois atores estão atuando de forma coordenada a fim de impedir novos alinhamentos interárabes e as denúncias de outros países muçulmanos que possam interferir em sua imagem.

Embora sejam muitas as divergências entre Turquia e os países europeus e os Estados Unidos, parece bastante questionável o argumento de que a Turquia estaria se conduzindo a outro rumo. A Turquia tem sido muito importante no controle do fluxo de refugiados da Síria para a Europa. O recente ataque ao caça russo no espaço aéreo sírio (ou espaço aéreo turco como as autoridades da Turquia alegam) e a condescendência

americana, por exemplo, indicam uma aparente manutenção do alinhamento com outros membros da OTAN.

O ataque ao avião militar russo provocou uma avalanche de críticas contra a política de Erdogan e uma resposta russa que parece não ter se esgotado ainda. Apesar da importância desses últimos eventos, esse artigo não dará conta de analisar os desdobramentos da ação turca contra os russos.

MINORIAS ÉTNICAS: ARMÊNIOS E CURDOS

A discussão apenas dos aspectos religiosos da identidade turca não revela a totalidade dos problemas identitários da Turquia e seus reflexos políticos e com relação aos direitos humanos. Outras divisões devem ser consideradas para a compreensão dos desafios de Ancara, envolvendo curdos e armênios.

Inspirado no nacionalismo europeu do século XIX, o projeto kemalista é laico e rejeita tudo que entende como ameaça à unidade nacional, optando pela fictícia idéia de homogeneização interna ao invés de se preocupar em acomodar as minorias em seu próprio território. Assim, a política assimilacionista inclusiva de Atatürk que redefiniu a identidade nacional com ênfase na territorialidade em vez da religião ou da etnia, suprimiu a identidade étnica individual ao considerar como cidadão turco qualquer pessoa que vivesse dentro das fronteiras do Estado e aceitasse seus princípios básicos (LARRABEE; LESSER, 2003, p. 58).

Anterior à política assimilacionista de Atatürk, as tensões e hostilidades entre turcos e armênios remontam à fase terminal do Império Otomano, quando os nacionalistas armênios tentaram estabelecer um Estado independente e, como represália, foram deportados pelo governo otomano para a Síria. Durante esse processo de deslocamento forçado da comunidade armênia, houve o extermínio de 100.000 a 200.000 (estimativa turca) a 1,5 milhão (estimativa armênia) de armênios por decisão do ministro do interior otomano, Talât (FERNANDES, 2005, p. 93).

Entretanto, há algumas controvérsias acerca das deportações e suas consequências, colocando turcos e armênios em posições antagônicas. O historiador holandês Erik Zürcher aponta para três questões polêmicas:

a necessidade militar da operação, o número de vítimas que resultou da deportação e a intenção da deportação (se houve intenção de cometer genocídio) (apud FERNANDES, 2005, p. 92).

As autoridades turcas continuam se opondo às acusações dos armênios e resistindo à qualificação dos eventos como genocídio. Enquanto isso, o *lobby* armênio continua agindo para introduzir resoluções no exterior que condenem a Turquia pelo massacre de 1915.

O ano de 2015 é importante para as relações entre turcos e armênios, já que se rememora o centenário do massacre de armênios. Enquanto os armênios organizaram diversas manifestações, incluindo no exterior por sua numerosa diáspora, o governo turco buscou enfatizar a batalha de Galípoli e esmaecer o marco histórico armênio e suas reivindicações. Há para muitos turcos a desconfiança de que escondidas nas reivindicações por reconhecimento estariam ambições irredentistas de Ierevan que poderia avançar sobre o território turco.

Apesar da grande importância da questão armênia, a situação dos curdos e suas ações políticas são ainda mais complexas. Constituída por diversos grupos religiosos e linguísticos, a população curda é de origem iraniana e representa cerca de vinte por cento da população total da Turquia, além de vastas comunidades na diáspora e nos países adjacentes, como Irã, Síria e Iraque. A falta de reconhecimento dos curdos como uma minoria por Ancara fez emergir movimentos curdos separatistas e de autonomia em oposição ao Estado turco.

Adotando a tradição otomana de organização em comunidades religiosas, o dispositivo do Tratado de Lausanne (1923) previu apenas o reconhecimento dos direitos das minorias religiosas grega, judaica e armênia. E a população curda, apesar de bastante heterogênea, é majoritariamente muçulmana sunita, o que impediu o seu reconhecimento como minoria. (GUIMARAIS, 2007, p. 109).

Com o estabelecimento de um Estado secular e moderno homogeneizador eclodiram diversas revoltas curdas ressentidas pelo poder centralizado do novo Estado e movidas por um sentimento de consciência política curda (KIRIŞCI, 2004, p. 281). A incapacidade de Ancara em acomodar a cultura e a etnia curdas causou milhares de mortes e deportações

em massa, bem como graves violações dos direitos humanos (KIRIŞCI, 2004, p. 277).

Reprimidas todas as revoltas, as reivindicações curdas passaram por um período latente, até que em 1960 alguns grupos esquerdistas retomaram a questão:

Em meados dos anos 80, a organização separatista de inspiração socialista-marxista *Partiya Karkeran Kurdistan* (Partido dos Trabalhadores do Curdistão, PKK), fundada por Abdullah Öcalan, começou a atingir alvos militares e civis, desencadeando uma série de contra-ofensivas das forças de segurança do Estado turco para reprimir as atividades do PKK. A escala e a frequência da violência e das violações dos direitos humanos aumentaram consideravelmente. (GUIMARAIS, 2007, p. 110).

O comportamento hostil dos turcos com relação aos curdos e armênios pode ser compreendido a partir do trauma de Sèvres. Nos últimos anos do Império Otomano, as potências ocidentais vencedoras da Primeira Guerra Mundial elaboraram o Tratado de Sèvres (1920) que previa o desmantelamento do Império Otomano e a criação de pequenos Estados e zonas de ocupação, acordando em estabelecer um Curdistão independente e ceder um território para a Armênia. Embora o Tratado nunca tenha sido implementado, a memória de Sèvres teve um forte efeito sobre a consciência e a psique nacional da Turquia (LARRABEE; LESSER, 2003, p. 59).

Numa equação geopolítica mais ampla, essas tensões étnicas e religiosas afetam as relações da Turquia com diversos Estados e regiões e promovem novas alianças regionais. A Turquia acusou a Síria de fornecer apoio aos guerrilheiros do PKK na década de 90, gerando atritos entre os dois vizinhos e ameaça de guerra em outubro de 1998. A internacionalização desse conflito também influenciou as relações da Turquia com a União Europeia. A mobilização da diáspora curda na Europa mediante uma onda de críticas às violações de direitos humanos por Ancara já resultou em embargos de armas e suspensão de auxílio financeiro da Europa para a Turquia.

Após a intervenção militar americana do Iraque, surgiu o temor dos turcos quanto ao estabelecimento de um Estado curdo a partir do norte do Iraque, conduzindo Ancara a uma série de incursões militares no norte do país para destruir alvos curdos e afastar a ameaça de suas fronteiras.

A situação se agravou com o conflito na Síria. As relações entre os dois países são orientadas principalmente por três questões que afetam a política interna da Turquia: território, água e curdos. A disputa pela província de Hatay constitui o primeiro desafio para a política externa turca frente à Síria. Esta região possui maioria árabe e foi controlada pelos franceses como parte de seu mandato no Oriente Médio. Em 1939, a França cedeu a província aos turcos a fim de protegê-la contra a Alemanha, mas a Síria reivindica a posse desta região.

Com reservas escassas, a água se tornou um elemento geoestratégico vital no Oriente Médio, representando uma preocupação para os Estados da região quanto à segurança. Sendo assim, os projetos de utilização da água dos rios transfronteiriços – Tigre e Eufrates – pela Turquia, afetam os vizinhos Iraque e Síria.

As ações dos curdos é a outra fonte de atritos. No passado, a Síria fortaleceu o PKK, permitindo campos de treinamento em seu território e que Öcalan, o líder do grupo, permanecesse em Damasco, com o objetivo de agradar a minoria curda em seu território e utilizar essa “arma” para resolver o impasse mediante a ameaça contra a Turquia. Naquele momento, a ameaça de intervenção turca na Síria levou ao acordo de Adana, com a Síria expulsando Öcalan de Damasco e finalizando o seu apoio ao PKK (LESSER; LARRABEE, 2003, p. 145).

O ambiente se alterou bastante nos últimos anos, principalmente com o surgimento do Estado Islâmico (EI). Há diversas acusações de que a Turquia teria permitido o desenvolvimento do Estado Islâmico, ou pelo menos não prestado suficiente atenção por considerá-lo um problema menor. Recursos e voluntários que se juntaram ao Estado Islâmico cruzaram as fronteiras turcas com relativa facilidade (LINDENSTRAUSS, 2015a). Apesar do anúncio de que a Turquia realizaria bombardeios contra o EI, desde 24 de julho os esforços militares estão concentradas em criar uma zona de segurança no noroeste da Síria, onde o alvo são os curdos no Iraque e na Síria. Essa campanha se intensificou após a conquista de Tell Abyad pelos curdos, permitindo a criação de um território contíguo curdo no norte do país. (LINDENSTRAUSS, 2015a).

A mudança de direcionamento quanto aos curdos também está relacionada à política interna turca. Após o resultado insuficiente nas eleições anteriores, em que o partido curdo contribuiu para que Erdogan não obtivesse a maioria nas urnas, o AK elaborou uma nova abordagem que logrou melhores resultados nas eleições de novembro. Sob o argumento de recuperar a estabilidade no país e impulsionar a economia, um aspecto da manobra de Erdogan consistiu em associar o partido HDP (curdo) aos “terroristas” do PKK na medida em que aumentava a força nos territórios curdos (GRAEBER, 2015). Recentes ataques terroristas reivindicados pelo EI em cidades como Ancara e Suruc aumentaram a sensação de insegurança da população turca. Importante notar que em 28 fevereiro, o fundador do PKK, Abdullah Öcalan, que apesar de cumprir prisão perpétua na Turquia ainda é um importante negociador com Ancara, fez um forte apelo para o PKK abandonar as armas (CAGAPTAY, 2015).

Embora a Turquia tenha autorizado o uso da base de Incirlik aos americanos sob a promessa de atacarem o Estado Islâmico, permanece incerto o comprometimento de Ancara em destruir o EI – contra quem há realizado apenas ataques simbólicos – e não atacar somente o PKK na Síria. Com a entrada da Rússia, que tem acusado o AK de ser cúmplice do Estado Islâmico após o derrubada do caça pela aviação turca, o horizonte turco na região parece muito mais limitado.

REFERÊNCIAS

CAGAPTAY, Soner. Turkey's Kurdish Path. *The Washington Institute for Near East Policy*, n. 23, Mar. 2015.

_____; MENEKSE, B. The Impact of Syria's Refugees on Southern Turkey. *Policy Focus*, n. 130, rev. e atual. 2014.

ÇIÇEKI, Ceyhum; LINDENSTRAUSS, Gallia. After the Turkish Parliamentary Elections: Big Hopes, with Remaining Worries. *INSS Insight*, n. 709, 14 Jun. 2015.

ERAN, Oded; LINDENSTRAUSS, Gallia. Not Just a Bridge over Troubled Waters: Turkey in Regional and International Affair. In: BROM, Shlomo; KURZ, Anat (Ed.). *Strategic Survey for Israel 2009*. Tel Aviv: Institute for National Security Studies, 2009.

FERNANDES, José Pedro Teixeira. *Turquia: metamorfoses de identidade*. Lisboa: ICS, 2005.

GRAEBER, David. Turkey could cut off Islamic State's supply lines. So why doesn't it? *The Guardian*, 18 Nov. 2015. Disponível em: <http://www.theguardian.com/commentisfree/2015/nov/18/turkey-cut-islamic-state-supply-lines-erdogan-isis?CMP=share_btn_fb>. Acesso em: 20 nov. 2015.

GUIMARAIS, Marcos Toyansk. *Turquia: dicotomias e ambivalências de uma possível potência regional*. 2007. Dissertação (Mestrado)- Universidade de São Paulo, 2007..

KIRIŞCI, Kemal. The Kurdish question and Turkish foreign policy. In: MARTIN, Lenore G.; KERIDIS, Dimitris (Ed.). *The future of Turkish foreign policy*. Cambridge: The MIT Press, 2004. p. 277-314.

LARRABEE, F. S.; LESSER, Ian O. *Turkish foreign policy in an age of uncertainty*. Santa Monica: Ed. Rand, 2003.

LINDENSTRAUSS, Gallia. The historic accord between Turkey and Armenia: what lies ahead? *INSS Insight*, n. 136, 12 Out. 2009.

_____. The Turkish attacks in Syria: an About-Face by Ankara? *INSS Insight*, n. 727, 4 Ago. 2015a.

_____. Erdogan's Successful Gamble, and What Lies Ahead. *INSS Insight*, n. 763, 5 Nov. 2015b.

MARTIN, Lenore G. Turkey's Middle East foreign policy In: MARTIN, Lenore G.; KERIDIS, Dimitris. *The future of Turkish foreign policy*. Cambridge: The MIT Press, 2004. p. 157-190.

ROY, Olivier. Turkey – a world apart, or Europe's new frontier? In: ROY, Olivier. *Turkey today: a european nation?* London: Anthem Press, 2005. p. 11-26.